Decisão 816/2000 - Plenário

Ementa Autuado como Representação o Ofício nº 062/99-1ª DT, da SECEX/AL, visando dar cumprimento à determinação contida no item 8.4 da Decisão nº 250/99-TCU-Plenário, referindo-se a pagamentos indevidos das Gratificações Judiciária e Extraordinária, no âmbito do Poder Judiciário. Nova orientação sobre a matéria dispensando a devolução das quantias percebidas a esse título até o advento da Decisão nº 463/2000-TCU-Plenário. Conhecimento da Representação para, no mérito, considerá-la procedente.

Nome do Documento DC-0816-38/00-P

Resumo Representação formulada por unidade técnica do TCU. Possíveis irregularidades praticadas pelo TRT 19ª Região AL. Pagamentos indevidos da Gratificação Judiciária e Extraordinária. Conhecimento. Procedência. Dispensa da devolução das importâncias recebidas. - Importâncias recebidas indevidamente ante o pagamento da GAE. Considerações.

Grupo/Classe/Colegiado Grupo II - CLASSE VII - Plenário

Processo 001.572/2000-1

Natureza Representação

Entidade Órgão de Origem: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

Interessados Interessado: Inaldo Ferreira de Souza, Presidente do TRT-19ª.

Dados Materiais ATA 38/2000 DOU de 19/10/2000 INDEXAÇÃO Representação; Gratificação Judiciária; Gratificação Extraordinária; Importância Recebida Indevidamente; Pagamento Indevido; Dispensa; Restituição; Poder Judiciário;

Relatório do Ministro Relator O Ofício nº 062/99-1ª DT, da SECEX/AL foi autuado como Representação visando dar cumprimento à determinação contida no item 8.4 da Decisão nº 250/99-TCU-Plenário, no que tange a pagamentos indevidos das Gratificações Judiciária e Extraordinária, no âmbito do Poder Judiciário. 2.O entendimento deste Tribunal sobre a matéria vinha sendo no sentido de que as referidas gratificações não eram devidas desde a vigência da Lei nº 9.030/95, a exemplo da mencionada deliberação plenária, de cujo teor colaciono os seguintes excertos: "8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das Razões expostas pelo Relator, DECIDE: 8.1. conhecer da presente Representação, com fulcro no inciso I do art. 37-A, da Resolução nº 77/96, para, no mérito, julgá-la procedente, considerando indevidos os pagamentos das Gratificações

Judiciária e Extraordinária, instituídas, respectivamente, pelo Decreto-lei nº 2.173/84 e Lei nº 7.758/89, aos servidores ocupantes de cargos do grupo DAS níveis 4, 5 e 6, não optantes pela remuneração do cargo efetivo (na forma do art. 2º da Lei nº 8.991/94), após o advento da Lei nº 9.030/95; (...) 8.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho de 16ª Região: 8.3.1. que proceda, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90 ao desconto das importâncias indevidamente pagas nos termos dos itens 8.1 e 8.2 retro; (...) 8.4. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo - SEGECEX que, por intermédio de suas diversas Secretarias, efetue diligência com vistas a detectar situações em que igualmente foi efetuado o pagamento irregular das Gratificações Judiciária e Extraordinária em outros órgãos do Poder Judiciário, constituindo, para cada órgão em que haja sido encontrada irregularidade, processo distinto; (...) 3. Em resposta ao Ofício da SECEX/AL, acima referenciado, o TRT - 19ª Região fez juntar aos presentes autos os elementos de fls. 5/11, informando a ocorrência de pagamentos de Gratificação Judiciária e de Gratificação Extraordinária nos períodos de MAR/95 a DEZ/96 e de JAN/97 a MAR/98. 4. Antes de adentrar especificamente ao mérito das posições adotadas por esta Casa sobre a matéria, tenho por oportuno recordar que o Poder Judiciário, bem como o Legislativo, neste incluído o próprio Tribunal de Contas da União, na vigência da Constituição de 1969, ressentiam-se de sua dependência do Poder Executivo, em matéria orçamentária, especialmente na área de pessoal, vez que isso lhes impunha excessiva limitação administrativa, acarretando prejuízos à realização de suas missões constitucionais. 5. Durante a vigência daquela Constituição os servidores do Poder Judiciário, também os do Legislativo, eram regidos pelas diretrizes do Serviço Civil da União, conforme art. 15 da Lei 5.645, de 10 de dezembro de 1970, in verbis: "Art. 15 - Para efeito do disposto no art. 108, § 1º, da Constituição as diretrizes estabelecidas nesta lei, inclusive o disposto no art. 14 e seu parágrafo único, se aplicarão à classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal." 6. Posteriormente, o Decreto-lei nº 1.341/74 veio dispor sobre a implantação gradualista do Plano de Classificação de Cargos. 7. Sob essa égide foi editado o Decreto-lei nº 2.173/84, dispondo sobre a Gratificação Judiciária. Foram beneficiados os servidores do Poder Judiciário, tanto no exercício de cargos efetivos quanto comissionados, na forma do Ato Regulamentar nº 10.184, baixado pelo Supremo Tribunal Federal. 8. Após a Constituição de 1988, por meio das Lei nºs 7.753; 7.756; 7.757; 7.758; 7.759; 7.760 e 7.761, todas de 1989, foi instituída no âmbito do Poder Judiciário a Gratificação Extraordinária, nos Quadros do STF; do TJDF; da Justiça Federal; da Justiça do Trabalho; da Justiça Eleitoral; do STM e do MPU, respectivamente. Essa gratificação foi estendida aos servidores ocupantes de cargos em comissão do Grupo DAS, pelo art. 3º do Ato Regulamentar nº 238, de 1989, do Conselho da Justiça Federal. 9. Por outro lado, nova orientação sobre a matéria já desponta no âmbito desta Casa, conforme se depreende do pronunciamento do eminente Ministro Guilherme Palmeira, no judicioso Voto condutor da Decisão nº 463/2000 - TCU - Plenário, em cuja argumentação S. Excia. observa que, tanto o Decreto-lei nº 2.173/84, quanto a Lei nº 7.759/89, permaneceram em vigor após a edição da Lei nº 9.030/95: in verbis: "Observe-se que em nenhum momento ficou assente que a Lei nº 9.030/95 revogou o Decreto-lei nº 2.173/84 e a Lei nº 7.759/89, não merecendo prosperar, portanto, a alegação oferecida nesse sentido. Pelo contrário, o Voto condutor da Decisão Plenária nº 250/99 assevera que as gratificações instituídas por aqueles dispositivos legais não foram, de fato, extintas pela Lei nº 9.030/95, uma vez que 'continuaram sendo pagas a todos os servidores anteriormente beneficiários, exceto aos ocupantes dos cargos DAS nela especificados', isto é, pagas aos servidores optantes pelo vencimento dos cargo efetivo e pelos ocupantes dos cargos de grupo DAS de níveis 1 a 3. De fato, vê-se que a Exposição de Motivos nº 87/MARE, submetendo o Projeto de Lei ao Presidente da República, que culminou na Lei nº 9.030/95, fundamenta-se em dois princípios básicos: o primeiro, referente à necessidade de um aumento remuneratório significativo para os cargos e funções de que trata, ... ; o segundo, alusivo à necessidade de que tal aumento proporcionasse, na verdade, um tratamento equânime entre os detentores dos cargos beneficiados,

..." Portanto, fica assente que, uma vez instituídas, essas gratificações passaram a fazer parte da remuneração dos servidores ocupantes ou não de cargos em comissão nos termos e condições dispostos nas normas legais e regulamentares pertinentes. 10. Cabe, ainda, observar que o Poder Judiciário sempre adotou, na ausência de legislação específica, os reajustes e aumentos previstos para os cargos de DAS integrantes das Tabelas de Vencimentos do Poder Executivo, acrescendo-se a esses valores os das Gratificações Judiciária e Extraordinária, compondo-se, assim, as parcelas de remuneração dos ocupantes dos cargos de DAS, no Conselho e nos Tribunais. 11. Também o Ministério Público junto a este Tribunal, em atuação no Processo TC-014.621/97-5, de cujo estudo originou a própria Decisão nº 250/99-TCU-Plenário, reconhece ser devido o pagamento das Gratificações em destaque, conforme se pode verificar dos termos a seguir colacionados: "...Inicialmente, vale lembrar que a alínea 'b' do inciso II do art. 96 da Constituição Federal de 1988 atribuiu competência privativa ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos seus servidores. Destarte, não se pode admitir que a lei de iniciativa do Presidente da República, como é o caso da Lei nº 9.030/95, tenha o condão de revogar leis específicas dos servidores do Poder Judiciário, como o são as leis que instituíram as gratificações Judiciária e Extraordinária, sob pena de incorrerem grave inconstitucionalidade. Corroborando esse entendimento, verifica-se que a Lei nº 9.421/96 confirmou a plena vigência, até a data da sua edição, das leis que tratavam dessas gratificações para os ocupantes de cargo em comissão... Assim, entende o Ministério Público que essas gratificações não foram extintas por ocasião da edição da Lei nº 9.030/95, mas tão-somente com a Lei nº 9.421/96, conforme expressamente estipulado nesse diploma legal...". 12. Ante tais fatos este E. Tribunal passou a reexaminar seu entendimento sobre a matéria, vindo pela Decisão nº 463/2000 - TCU - Plenário, de relatoria do eminente Ministro Guilherme Palmeira, reconhecer que a complexidade da legislação pertinente ensejou dúvida interpretação da matéria, deliberando, conseqüentemente, pela dispensa da restituição dos valores até então pagos aos servidores a título das gratificações referidas. Em subseqüentes deliberações, o Tribunal tem confirmado a dispensa de devolução dos valores percebidos por servidores do Poder Judiciário sob as rubricas Gratificação Judiciária e Gratificação Extraordinária até junho de 2000. É o Relatório.

Voto do Ministro Relator :13. Conforme se vê, as diversas instâncias do Setor Público, são uníssonas no entendimento de que as Gratificações Judiciária e Extraordinária subsistiram, inclusive para aqueles servidores alcançados pela Lei nº 9.030/95, optantes ou não pelo cargo efetivo. 14. Veja-se que as Gratificações, em tela, eram próprias do Poder Judiciário, tendo sido, pela Lei nº 9.421/96, extinta uma e transformada a outra, não havendo como negar o direito de sua percepção pelos servidores do Judiciário, até o advento do seu Plano de Cargos e Salários, máxime porque se tivessem sido extintas quando da edição da Lei nº 9.030/95, não haveria a Lei nº 9.421/96 expressamente se referido às mesmas, sendo, portanto, aplicáveis na forma instituída pelas leis que lhes deram origem. 15. Assim, com as vênias da Unidade Técnica, acompanho o entendimento firmado pelo Tribunal em subseqüentes deliberações a partir da Decisão nº 463/2000 - TCU - Plenário, de relatoria do eminente Ministro Guilherme Palmeira, entendendo que este Tribunal poderá, revendo o entendimento esposado na Decisão nº 250/99 - TCU - Plenário, dispensar a restituição dos valores pagos a título de Gratificação Judiciária e de Gratificação Extraordinária até o mês de junho de 2000. Ante todo o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado. TCU, Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2000. VALMIR CAMPELO Ministro-Relator

Assunto VII - Representação.

Ministro Relator VALMIR CAMPELO

Unidade Técnica SECEX-AL

Decisão Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, II, 41, II, da Lei nº 8.443/92, DECIDEM: 8.1. conhecer da presente Representação para, no mérito, considerá-la procedente; 8.2. dispensar a devolução das importâncias recebidas a título de Gratificação Judiciária e de Gratificação Extraordinária até a data da publicação da Decisão nº 463/2000-TCU-Plenário.

Quorum Ministros Presentes: Iram Saraiva (Presidente), Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugarin, Valmir Campelo (Relator), Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues e o Ministro-Substituto José Antonio Barreto de Macedo.

Sessão T.C.U., Sala de Sessões, em 27 de setembro de 2000